



ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO?

María Julia Tramutola

PONTOS DESTACADOS

- 1 As mudanças climáticas apresentam uma oportunidade e um desafio de repensar as políticas com um enfoque de gênero e de responder com soluções que promovam o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, reduzam as desigualdades entre homens e mulheres.
- 2 Para incorporar uma perspectiva de gênero, considera-se crucial identificar os nexos e / ou ferramentas existentes que vinculem diferentes setores e garantam um avanço robusto em direção a políticas de adaptação sensíveis ao gênero.
- 3 Transversalizar o enfoque de gênero requer políticas e instituições com forte comprometimento, que sejam construídas estratégias para avaliar os impactos diferenciados em homens e mulheres, bem como o valor de suas diferentes contribuições. Os processos devem garantir que homens e mulheres sejam, ao mesmo tempo, participantes e beneficiários das soluções de adaptação às mudanças climáticas.

Resumo executivo

As mudanças climáticas apresentam a oportunidade e o desafio de repensar políticas com um enfoque de gênero e de responder com soluções que promovam o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, reduzam as desigualdades que existem entre homens e mulheres. Embora o gênero comece a ocupar espaço nas discussões climáticas, como evidenciado por alguns progressos concretos — por exemplo, o Plano de Ação para Gênero aprovado no âmbito da 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) em 2017 (1); o fato de quatro dos seis países pesquisados (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai) terem menções de gênero em suas Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs, sigla em inglês) e metade deles já terem desenvolvido estratégias de adaptação nesse sentido— ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar políticas sensíveis ao gênero com impacto. A metodologia deste trabalho condensa uma intensa pesquisa por meio da bibliografia, experiências de trabalho da pesquisadora, entrevistas com especialistas e consultas informais a vários grupos de interesse.

Executive summary

Climate change presents the opportunity and the challenge of rethinking policies with a gender approach; and to respond with solutions that promote sustainable development and also reduce the inequalities between men and women. While gender is becoming an increasingly important consideration in discussions, as proven in the following examples where specific progress was achieved: The 16th Conference of Parties of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), four of the six countries reviewed (Argentina, Brazil, Chile, Costa Rica, Paraguay and Uruguay) include gender references in their National Determined Contributions (NDC) and half of them have already developed adaptation strategies accordingly; there is still a long way to go to achieve gender-responsive policies with impact. The methodology used for this work was based on extensive research, literature, the researcher's own work experience, interviews with experts, and informal consultations.

Considerações gerais sobre gênero e mudanças climáticas

As mudanças climáticas afetam e impactam mulheres e homens de maneira diferente; em geral, o impacto negativo nas mulheres é maior. Ao mesmo tempo, suas contribuições na luta contra as mudanças climáticas são diferentes, embora igualmente necessárias e relevantes. As mulheres são agentes de mudança efetivos em relação à mitigação e à adaptação, uma vez que possuem conhecimentos valiosos e experiência prática que podem resolver questões climáticas (2). Tanto como administradoras de recursos naturais, como possuidoras de conhecimentos ancestrais, no papel que desempenham nas comunidades nas esferas doméstica e pública / política, como em outras áreas, são agentes de mudança para contribuir com as ações climáticas.

Papéis culturalmente designados para homens e mulheres (3), estereótipos, afetam a diferença de gênero, definida como uma medida que mostra a distância entre homens e mulheres perante a mesma variável ou indicador (4) e afeta sua capacidade de resposta aos efeitos das mudanças climáticas, que revelam relações de poder baseadas nessa desigualdade. Portanto, é essencial considerar esse fator ao desenvolver soluções para as mudanças climáticas (5).

Embora exista uma vasta literatura sobre a relação entre gênero e mudança climática, ela é considerada uma abordagem em construção. Segundo os/as autores/as consultados/as (3), é necessário gerar mais dados qualitativos e quantitativos sobre essa relação, uma vez que as evidências disponíveis ainda não fornecem informações suficientes sobre a situação das mulheres em relação aos homens, no que se refere às mudanças climáticas. Por esse motivo, o trabalho descreve diferentes exemplos de enfoques de políticas, com diferentes formas de articulação com outros setores. Elas podem servir como orientações para aqueles que precisam tomar decisões nessa linha, a fim de identificar uma porta de entrada ou uma linha de trabalho para o processo de transversalização mais apropriado no contexto em que trabalham.

Para entender as causas subjacentes que geram a desigualdade de gênero diante das questões climáticas e garantir que as políticas respondam aos dois problemas de forma concomitante, é necessário reconhecer os papéis e impactos diferenciados de homens e mulheres diante das mudanças climáticas (ponto 3) em questões tais como: acesso à água, agricultura, desastres naturais, saúde e energia. Some-se a isso o grau de representatividade e intervenção que mulheres e homens têm na elaboração de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas, por exemplo: a participação de mulheres nas delegações da UNFCCC (Gráfico 1), bem como sua capacidade de ter acesso a financiamento (por exemplo, uma barreira comum é a falta de títulos de propriedade da terra) e sua situação de pobreza.

Dois pontos que dificultam a transversalização do enfoque de gênero são: 1) um fraco compromisso com a questão, por exemplo, na estrutura de um projeto, quando o componente de gênero é adicionado ao final do projeto, ou na estrutura de uma política, quando as menções de gênero são incluídas como um tecnicismo sem intenção política de mudança profunda; 2) que as pessoas envolvidas nos processos não possuam as capacidades necessárias para fazê-lo, ou que não possuam ferramentas relevantes, indicadores significativos ou especialistas na região para acompanhar as ações.

Contribuições e impactos diferenciados de homens e mulheres frente às mudanças climáticas

Antes de analisar como as políticas abordam o assunto, apresenta-se na Tabela 1 uma breve revisão de alguns efeitos das mudanças climáticas e como impactam mulheres e meninas.

Tabela 1. Efeitos das mudanças climáticas e como impactam mulheres e meninas *

Ponto	Efeitos das mudanças climáticas	Impacto nas mulheres
Acesso à água potável	Impacto negativo sobre as fontes de água, afetando seu abastecimento para uso básico vital, doméstico e produtivo	Como principais responsáveis pela coleta e administração da água, aumenta a carga de trabalho total Menor acesso à água potável: maior desnutrição e risco de doenças
Agricultura	Seca e /ou inundações, consequência de mudanças de temperatura e clima irregular	Principais afetadas pela insegurança alimentar, por questões culturais Menos acesso a recursos produtivos (terra, gado, financiamento, tecnologia) para enfrentar novos cenários e continuar produzindo
Desastres naturais	Inundações, furacões, secas extremas, chuvas intensas, ondas de calor e frio, tufões, deslizamentos de terra, etc.	Maior vulnerabilidade, devido ao seguinte: a) Falta de acesso a informações / alertas meteorológicos precoces. Isso gera uma capacidade restrita de responder a desastres b) Falta de habilidades de sobrevivência, ensinadas regularmente aos meninos, como nadar ou escalar
Saúde	Aumento de doenças infecciosas transmitidas por vetores, como mosquitos que migram devido às mudanças climáticas	Mulheres grávidas, lactantes, muito jovens e idosas são as mais vulneráveis a ameaças à saúde

* Elaborado a partir de informações de Blomstrom et al (6) e Casas Varez (2017) (3).

Em relação às contribuições das mulheres, por exemplo, de acordo com a bibliografia consultada (3), verificou-se que muitos programas sociais com enfoque de gênero têm maior impacto na segurança alimentar e nutricional de toda a família. O mesmo documento descreve um caso regional de acesso da comunidade à água e saneamento em Honduras, onde um grupo de mulheres resolveu a questão do acesso à água potável na comunidade, assumindo e gerenciando sua máquina de venda automática de água, empregando mulheres e liderando o projeto ao mesmo tempo.

Iniciativas como as mencionadas, a título de exemplo, demonstram o potencial das políticas com foco no gênero, para que as mulheres contribuam com o conhecimento necessário e, ao mesmo tempo, assumam um papel de liderança na ação climática.

Diante dessa situação, são apresentados dois pontos-chave que condensam o problema:

1. As mulheres são agentes de mudança em questões climáticas devido ao seu conhecimento ancestral no manejo sustentável dos recursos naturais (7). Elas devem ser incluídas nas questões da agenda climática porque têm perspectivas e experiências diferentes com as quais podem contribuir. No entanto, estão sub-representadas no processo de tomada de decisão em aspectos relevantes relacionados às estratégias de adaptação e mitigação (8). É necessário garantir sua participação nos processos de decisão e implementação.

2. A situação de maior vulnerabilidade das mulheres às mudanças climáticas se deve a papéis culturais estereotipados de gênero, à falta de cumprimento de seus direitos e de autonomia econômica, de participação política e de acesso ao crédito necessário (9). A inclusão da perspectiva de gênero nas políticas de adaptação e mitigação nos permite, ao mesmo tempo, distinguir os impactos diferenciados e tomar as medidas necessárias para diminuir a lacuna.

A relevância do enfoque de gênero

Então, quais seriam as consequências de não abordar as questões climáticas com um enfoque de gênero?

a) Aumento e perpetuação da lacuna de gênero. Em sua quinta avaliação, o Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), que em 2011 já havia reconhecido o impacto diferenciado entre homens e mulheres, destaca a possibilidade de que esses impactos acentuem e cristalizem as desigualdades de gênero existentes (10).

b) As respostas podem ser cada vez menos eficazes e efetivas diante das mudanças climáticas (7)¹, não apenas porque são elaboradas sem considerar a situação das mulheres como um grupo, mas porque suas contribuições não são incorporadas nas soluções que continuarão sendo apenas reativas e não transformadoras da realidade.

c) Em um contexto em que a velocidade da resposta é fundamental para lidar com os efeitos das mudanças climáticas, não agir de forma sinérgica ou unir forças é um desperdício de oportunidade para solucionar os dois problemas, que se referem ao impacto de mudanças climáticas e desigualdade de gênero, com as mesmas ações.

¹ Na publicação, menciona-se que isso está previsto devido à grande variedade de atividades nas quais as mulheres se veem envolvidas em relação às mudanças climáticas.

Enfoque nas políticas de adaptação

Conforme manifestado nos pontos anteriores, para incorporar a perspectiva de gênero em soluções climáticas, considera-se crucial identificar as portas de entrada para o processo e identificar políticas públicas existentes que permitam ações articuladas entre os setores dessa linha.

Aborda-se, a seguir, uma análise da situação política atual, como as NDCs (11, 12, 13), os Planos de Adaptação apresentados à UNFCCC, também outras estratégias ou iniciativas relevantes nessa linha e o grau de participação das mulheres nas delegações. Além disso, pesquisaram-se os marcos legais dos direitos das mulheres nos países, pois podem ser ferramentas relevantes tanto para canalizar quanto para apoiar o enfoque de gênero nas ações climáticas.

a) Tabela 2. Menção de enfoque de gênero nas NDCs dos países pesquisados*

País	Menção e/ou perspectiva de gênero na NDC	Conteúdo de gênero na NDC
Argentina	Não	
Brasil	Sim	Menciona-se a promoção de medidas sensíveis ao gênero no contexto do respeito pelos direitos humanos (14)
Chile	Não	
Costa Rica	Sim	Expressa-se a favor de um enfoque de gênero-transformacional na gestão pública climática (15)
Paraguai	Sim	No Plano Nacional de Desenvolvimento, reconhece-se um forte protagonismo da mulher (3)
Uruguai	Sim	Entre as prioridades e necessidades de implementação e apoio, menciona-se a necessidade de informações sobre vulnerabilidade social associada a eventos climáticos adversos, incorporando um enfoque de direitos humanos e de gênero (16)

* Elaborado a partir das NDCs apresentadas junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) por cada um dos países. De forma concomitante, cotejou-se com a pesquisa de Casas Varez (3) e Gender Climate Tracker (26).

b) Estado de situação dos Planos Nacionais de Adaptação junto à Convenção

Dos seis países pesquisados, até maio de 2019, inclusive, apenas o Brasil e o Chile submeteram seus Planos Nacionais de Adaptação (PNAs) à UNFCCC. A seguir, apresentamos algumas menções sobre o ponto.

Brasil: Entre os onze setores e temas do PNA, observa-se a Estratégia para Populações Vulneráveis. Ela propõe, como fatores que contribuem para a vulnerabilidade, questões de raça e gênero (17). Ou seja, todas as menções de gênero estão associadas a questões de vulnerabilidade e povos indígenas; nesse caso, o enfoque das mulheres como agente de mudança não é descrita.

Chile: Entre os princípios, propõe-se levar em consideração condições específicas de aspectos sociais, gênero e etnia (18).

Paraguai: Incorpora como um elemento a ser considerado a integração da perspectiva de gênero, em particular no que diz respeito ao processo de tomada de decisão e à equitatividade da aplicação de atividades de adaptação. Também leva em consideração o conhecimento particular das mulheres, como na gestão dos recursos naturais, e seu papel como agentes de mudança (19).

c) Outras estratégias, políticas e iniciativas

Com o objetivo de aumentar a profundidade deste trabalho, foram pesquisadas outras políticas ou programas nesta linha.

Costa Rica: Plano de Ação da Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas (PAENCC, sigla em espanhol). Em 2011, iniciou-se o processo de transversalização do gênero no plano de ação estabelecido pelo PAENCC (3). Comprometeram-se o Instituto Nacional da Mulher e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Ao mesmo tempo, foi realizado um trabalho para fortalecer tanto as instituições do Estado quanto as equipes técnicas de negociação que representam o país na UNFCCC em questões de gênero e mudanças

climáticas (20).

Política Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. Entre os princípios norteadores, a participação e a inclusão são encontradas para garantir a equidade de gênero. É transversal a todo o documento e é expressa como um enfoque do processo de adaptação (21).

Paraguai: *Política Nacional de Gerenciamento e Redução de Riscos.* Descreve a perspectiva de gênero como um de seus eixos transversais (22).

Uruguai: *Estratégia Nacional para a Igualdade de Gênero até 2030* (23). É um documento transversal de várias áreas do governo, que inclui em suas diretrizes de política considerar o ponto de vista de gênero em relação ao desenvolvimento sustentável.

Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas e Variabilidade Climática para o Setor Agrícola. Em 2019, o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai (MGAP) desenvolveu um estudo (24) no âmbito do projeto de apoio ao Plano Nacional de Adaptação às Mudanças e a Variabilidade Climática para o Setor Agrícola, que oferece algumas conclusões em referência a homens e mulheres. Por exemplo: embora as mulheres mostrem uma maior propensão a incorporar mudanças em direção a uma melhoria na produção e qualidade de vida familiar, nos últimos anos, os beneficiários e a assistência técnica do MGAP, que levaram à adoção de medidas adaptativas, tem sido homens.

Cada uma das políticas propõe um enfoque diferente, com elementos-chave a serem considerados para orientar a prática de transversalização do assunto no nível regional, a coleta de aprendizados e a sistematização de informações e casos. O Uruguai e a Costa Rica trabalharam em conjunto com instituições especializadas em gênero e, nesses processos, foram geradas sinergias com as ferramentas existentes, sendo que os três casos mencionam enfoque diferenciado por gênero. Na Costa Rica, a incorporação da perspectiva de gênero tem sido um processo transversal que o Estado promoveu com comprometimento, por meio de várias iniciativas nessa linha, como 5C Mujeres² e a incorporação de um grupo de mulheres ao Conselho Consultivo Cidadão sobre Mudanças Climáticas (25).

² <https://5cmujeres.wordpress.com/>

d) Participação de mulheres nas Delegações da CQNUMC

O Gráfico 1 (26) reflete uma faixa de participação entre 25% e 60% das mulheres nas delegações dos países analisados. Este ranking é liderado pelo Uruguai e pela Costa Rica. Embora se observe que esses dois países são os que mais contam com desenvolvimento de políticas, essa análise é considerada insuficiente para concluir que seja determinante e que não haja mais fatores que contribuam com essa concordância.

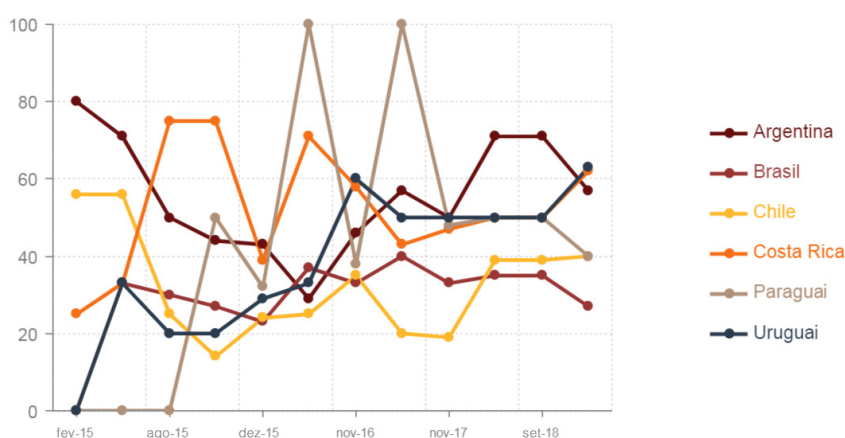


Gráfico 1. Porcentagem de mulheres nas delegações da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai junto à CQNUMC. Elaborado a partir de Gender Climate Tracker (26).

e) Marco macro legal dos direitos das mulheres

Em relação às mudanças climáticas, segundo os/as autores/as consultados/as, existe concordância quanto à situação de vulnerabilidade das mulheres relacionada aos direitos de que gozam e à sua autonomia econômica, pois afetam em sua maior ou menor capacidade de resposta. Ao mesmo tempo, marcos legais em nível nacional e leis robustas nessa linha podem favorecer a transversalização do enfoque de gênero em questões climáticas.

Por esse motivo, é feita uma breve revisão do marco legal referente à situação de Igualdade de Direitos entre homens e mulheres. Todos os países pesquisados são signatários de vários documentos internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, sigla em inglês). Por sua vez, incluem em suas respectivas Constituições artigos específicos que garantem a igualdade perante a lei de seus habitantes³. A isto se acrescentam diferentes leis, em nível nacional ou subnacional, específicas em relação aos direitos das mulheres, que diferem por país, em questões-chave como violência de gênero, paridade e participação política, licença de maternidade e paternidade, igualdade de direitos e oportunidades, entre outros.

Embora as condições descritas não garantam, por si mesmas, a igualdade entre homens e mulheres ou que não existam lacunas de gênero, essa análise é relevante porque um marco legal robusto pode ser uma base sólida — um apoio ou um nexos entre diferentes setores para transversalizar o enfoque de gênero — a ser considerada pelos tomadores de decisão ao projetar ações climáticas sensíveis ao gênero.

³ Argentina: Constituição 1994 (art. 14 bis, 16, 37 e 75 incisos 2, 19, 22 e 23), Brasil Constituição 1988 (art.5), Costa Rica: Constituição 1999 (art.33), Chile: o direito à igualdade e não discriminação está reconhecido pela “Constituição Política da República” (art.1 e 19), Paraguai: Constituição Nacional 1992 (art. 46, 47 e 48). Uruguai na própria (art. 8).

1. Recomendações

Em virtude do exposto, da bibliografia pesquisada, das conversas realizadas com especialistas no âmbito deste trabalho, para encerrar, são listados aprendizados identificados e recomendações.

Embora cada um dos pontos seja de natureza geral e exija uma análise precisa em cada caso, ajustada à circunstância, eles são descritos com a intenção de traçar um roteiro de alerta precoce ao abordar o problema:

a. Sensibilizar e comprometer altas autoridades políticas e tomadores/as de decisão, para que a incorporação seja uma linha política institucional ou programática como parte da agenda climática em diferentes níveis.

b. Identificar diversos atores que trabalhem na interseção da Igualdade de Gênero e se relacionem com as agendas de mudanças climáticas e meio ambiente, a fim de promover sinergias e compromissos conjuntos no fortalecimento de ações transformadoras da agenda climática.

c. Levar em consideração o contexto de base é crucial, tanto no enfoque quanto na estruturação da estratégia de transversalização de gênero. Quando se trata de

adaptação, questões como acesso à água potável e saneamento, saúde e educação precisam ser incluídas, uma vez que as questões de gênero geralmente se relacionam com questões básicas de desenvolvimento.

d. Fortalecer as capacidades de gênero dentro das organizações e organismos governamentais que garantam a continuidade das ações sensíveis ao gênero e abranjam todos os atores envolvidos.

e. Incorporar o enfoque de gênero como uma visão integral que garanta a transformação, uma vez que, se isso ocorrer como uma contribuição técnica às políticas, o impacto da transformação de gênero será enfraquecido.

f. Gerar indicadores de gênero relevantes e significativos que permitam abordar, monitorar e avaliar políticas e iniciativas de forma eficaz.

g. Se existirem, basear-se em marcos macro existentes para conectar setores; por exemplo, se o marco legal é robusto em nível nacional, em termos de igualdade de direitos e oportunidades, pode ser um canal para aumentar as possibilidades ou uma ferramenta em prol de políticas climáticas sensíveis ao gênero.

2. Observações finais

A análise apresentada mostra um avanço nas políticas de adaptação que incluem gênero, como os planos mencionados em 5b e as estratégias em 5c. Os obstáculos ainda são detectados tanto em termos de desenho quanto de implementação de políticas: compromisso e capacidade insuficientes nos atores envolvidos; poucas ferramentas relevantes, tanto na fase de desenho quanto na implementação; escassos/as especialistas, recursos, dados desagregados, casos documentados na região, isso adicionado à dificuldade de gerar indicadores significativos, entre outros.

No entanto, políticas de financiamento, como a política de gênero do Fundo Verde para o Clima (27), incentivam o compromisso dos países que mostram menor avanço. Por sua vez, países como Costa Rica e Uruguai fizeram progressos no desenvolvimento de várias iniciativas em diversos níveis.

A agenda de adaptação às mudanças climáticas é uma grande oportunidade para impulsionar um compromisso com políticas gênero-transformacionais que garantam respostas às mudanças climáticas e às desigualdades de gênero de forma concomitante.

Referências

1. Naciones Unidas. [Internet] Informe de la Conferencia de las Partes sobre su 23er período de sesiones, celebrado en Bonn del 6 al 18 de noviembre de 2017. Adición Segunda Parte. Medidas adoptadas por la Conferencia de las partes en su 23er período de sesiones. Convención Marco de Naciones Unidas sobre el Cambio Climático. 2018. FCCC/CP/2017/11/Add. 1 - [Cited 2019 July]. Available from: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2017/cop23/spa/11a02s.pdf>
2. Habtezion, S. Overview of linkages between gender and climate change [Internet] United Nations Development Programme (UNDP) and Global Gender and Climate Alliance (GGCA) 2016. [Cited August 2019] Available from: <https://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/Gender%20and%20Environment/UNDP%20Linkages%20Gender%20and%20CC%20Policy%20Brief%201-WEB.pdf>
3. Casas Varez, Marina. [Internet]. Estudios del Cambio Climático en América Latina. La transversalización del enfoque de género en las políticas públicas frente al cambio climático en América Latina. Santiago de Chile: 2017. Naciones Unidas. Euroclima, CEPAL & Unión Europea. [Cited 2019 July]. Available from: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41101/1/S1700115_es.pdf
4. Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES) [Internet]. Glosario de Género, 2007. Méjico. [Cited 2019 July]. Available from: http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/100904.pdf
5. Skinner, E. [internet] BRIDGE: Informe general. Género y cambio climático. 2011. Institute of Development Studies UK. [Cited 2019 July]. Available from: http://doc.rero.ch/record/256189/files/24-IDS_Bridge_Gender_and_Climate_Change_ES.pdf
6. Blomstrom, Cunningham et al. [Internet] Climate Change Connections. UNFPA AND WEDO, 2009 [Cited 2019 June]. Available from: <https://wedo.org/wp-content/uploads/2009/10/ClimateConnectionsBookletEnglish.pdf>
7. United Nations Development Program. [Internet] Gender Equality in National Climate Action: Planning for Gender-Responsive Nationally Determined Contributions. November 2016. [Cited 2019 June]. Available from: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librariypage/womens-empowerment/gender-equality-in-national-climate-action--planning-for-gender-.html>
8. PNUD. Genera Igualdad [Internet] Género y cambio Climático. Equipo de Área Práctica de Género. 2012. [Cited 2019 June]. Available from: http://americalatinagenera.org/newsite/images/cdr-documents/publicaciones/desarrollosostenible/h_apg_2012_08_ppt_g_cc.pdf
9. Gender CC. Women for Climate Justice. [Internet]. [Cited 2019 June]. Available from: <https://gendercc.net/gender-climate.html>
10. Schalatek, Liane. [Internet]. Género y financiamiento para el clima. Climate Funds Update.CFF10 . Heinrich Boll Foundation, North America, 2018. [Cited 2019 July]. Available from: <https://climatefundsupdate.org/publications/gender-and-climate-finance>
11. United Nations Climate Change. [Internet]. Gobierno de Chile. Contribución Nacional Tentativa de Chile (INDC) para el Acuerdo Climático París 2015. Septiembre 2015. [Cited 2019 June]. Available from: <https://www4.unfccc.int/sites/submissions/INDC/Published%20Documents/Chile/1/Chile%20INDC%20FINAL.pdf>
12. United Nations Climate Change. [Internet]. Gobierno Nacional y Secretaría de Ambiente. Contribuciones Nacionales de la República del Paraguay. Visión Paraguay 2030. Plan Nacional de Desarrollo. 2015. [Cited 2019 June]. Available from: <https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Paraguay%20First/Documento%20INDC%20Paraguay%2001-10-15.pdf>
13. United Nations Climate Change. [Internet]. República Argentina. Primera Revisión de su Contribución Determinada a Nivel Nacional. 2016. [Cited 2019 June]. Available from: <https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Argentina%20First/17112016%20NDC%20Revisada%202016.pdf>

14. United Nations Climate Change. [Internet]. Federative Republic of Brazil. Intended Nationally Determined Contribution. Towards achieving the objective of the United Nations' Framework Convention on Climate Change. 2015. [Cited 2019 June]. Available from: <https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Brazil%20First/BRAZIL%20iNDC%20english%20FINAL.pdf>
15. United Nations Climate Change. [Internet]. Gobierno de Costa Rica y MINAE. Contribución Prevista y Determinada a Nivel Nacional de Costa Rica. 2015. [Cited 2019 June]. Available from: <https://www4.unfccc.int/sites/submissions/indc/Submission%20Pages/submissions.aspx>
16. United Nations Climate Change. [Internet]. República Oriental del Uruguay. Primera Contribución Determinada a Nivel Nacional al Acuerdo de París. 2017. [Cited 2019 June]. Available from: https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Uruguay%20First/Uruguay_Primer%20Contribuci%C3%B3n%20Determinada%20a%20nivel%20Nacional.pdf
17. United Nations Climate Change. [Internet]. Ministry of Environment. (2016). National Adaptation Plan to Climate Change. Volume I: General Strategy. MMA Order 150 of 10th May 2016. [Cited 2019 May]. Available from: <https://www4.unfccc.int/sites/NAPC/Documents/Parties/Brazil%20NAP%20English.pdf>
18. United Nations Climate Change. [Internet]. Gobierno de Chile y Ministerio del Medio Ambiente. Plan Nacional de Adaptación al Cambio Climático. Tercera Comunicación Nacional sobre Cambio Climático. Cooperación Alemana. 2014. [Cited 2019 May]. Available from: <https://www4.unfccc.int/sites/NAPC/Documents/Parties/Chile%20NAP%20including%20sectoral%20plans%20Spanish.pdf>
19. Dirección Nacional de Cambio Climático. Secretaría de Ambiente República de Paraguay. [Internet]. Asunción Diciembre de 2016. [Cited 2019 July]. Available from: <http://dncc.seam.gov.py/wp-content/uploads/2018/11/Plan-Nacional-de-Adaptaci%C3%B3n-al-CC-2017.pdf>
20. Pear L., Martinez R., Aguilar L., Rogers, François, Siles J. et al. The Art of Implementation Gender Strategies Transforming National and Regional Climate Change Decision Making. [Internet]. The Global Gender Office of the International Union for Conservation of Nature (IUCN) and Global Gender and Climate Alliance (GGCA). 2012. [Cited 2019 June]. Available from: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2012-086.pdf>
21. Ministerio de Ambiente y Energía de Costa Rica. [Internet]. Política Nacional de Adaptación al Cambio Climático de Costa Rica 2018-2030. [Cited 2019 July]. Available from: <https://cambioclimatico.go.cr/wp-content/uploads/2017/12/final-politica-adaptacion-24-abril.pdf>
22. Gobierno Nacional y Secretaría de Emergencia Nacional [Internet]. Política Nacional de Gestión y Reducción de Riesgos. PNUD. 2013. [Cited 2019 May]. Available from: https://www.ifrc.org/docs/IDRL/paraguayPNGRR%20-%20SEN_drht72rp.pdf
23. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. República Oriental del Uruguay. Consejo Nacional de Género [Internet]. Estrategia Nacional para la Igualdad de Género 2030. 2017. [Cited 2019 May]. Available from: http://www.mgap.gub.uy/sites/default/files/multimedia/estrategia-nacional-para-la-igualdad-de-genero_web.pdf
24. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. República Oriental del Uruguay. [Internet]. Estudio sobre Estrategias de Adaptación al Cambio Climático y Género para el Plan Nacional de Adaptación a la Variabilidad y Cambio Climático para el Sector Agropecuario (PNA-Agro). FAO. PNUD. 2018. [Cited 2019 May]. Available from: http://www.mgap.gub.uy/sites/default/files/multimedia/encuesta_genero_y_vcc_pna-agro_.pdf
25. Imprenta Nacional, Costa Rica. [Internet] Alcance #230. Poder Ejecutivo San José de Costa Rica 26 de septiembre de 2017. [Cited 2019 May]. Available from: https://www.imprentanacional.go.cr/pub/2017/09/26/ALCA230_26_09_2017.pdf
26. Gender Climate Tracker. Gender and Nationally Determined Contributions. Womens Environmental and Development Organization. [Cited 2019 May]. Available from: <https://genderclimatetracker.org/gender-ndc/introduction>
27. Green Climate Fund. [Internet]. Decisions of the Boards – Ninth Meeting of the Board, 24-26 March 2015. GCF/B.09/23. [Cited 2019 June]. Available from: https://www.greenclimate.fund/documents/20182/24949/GCF_B.09_23_-_Decisions_of_the_Board___Ninth_Meeting_of_the_Board__24_-_26_March_2015.pdf/2f71ce99-7aef-4b04-8799-15975a1f66ef

Este documento faz parte do projeto LatinoAdapta: Fortaleciendo vínculos entre a ciência e os governos para o desenvolvimento de políticas públicas na América Latina, executado pelo Centro Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões - Programa UNITWIN da UNESCO, liderado pela Fundação AVINA e financiado pelo International Development Research Centre (IDRC) do Canadá. O projeto foi implementado em seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai e Uruguai.

O Centro Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisão ou qualquer pessoa agindo em seu nome não são responsáveis pelo uso que possa ser feito das informações contidas nesta publicação. As opiniões expressas neste estudo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente os pontos de vista do Centro Regional de Mudanças Climáticas e Tomada de Decisões. As opiniões expressas neste documento são da exclusiva responsabilidade do autor e podem não coincidir com as do centro acima mencionado.



Adaptação às mudanças climáticas com perspectiva de gênero? by Tramutola. M.J. 2019. Centro Regional de Mudanças Climáticas e Tomadas de Decisões is licensed under a Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional License.

AUTOR

María Julia Tramutola

Especialista em Organizações sem fins lucrativos (UDES) - Diretora de Desenvolvimento Institucional FARN.
mjtramutola@farn.org.ar

TRADUTOR

María Noel Melgar

CRÉDITO DE IMAGEM

Zulema Maza, “Tejedora I”

DESIGN GRÁFICO

hola@estudiocreativo.com

REVISORES

Paula Ellinger
Chiaki Kinjo

EDITOR GERAL

Paula Bianchi

CORRETOR DE ESTILO

Felipe Fossati

LIDERA



COORDINA



FINANCIA

